

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 102.145 - MT (2011/0216233-4)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : VANDERLEI JOSÉ GUADAGNIN E OUTROS
ADVOGADO : EDMAR DE JESUS RODRIGUES - MT010438
AGRAVADO : MARIA SELMA VALOES E OUTROS
ADVOGADO : ANTÔNIO RUBENS FAGUNDES PEREIRA - MT002025

DECISÃO

Trata-se de agravo de decisão que inadmitiu recurso especial fundado no art. 105, III, "a" da Constituição Federal, interposto por VANDERLEI JOSÉ GUADAGNIN E OUTROS contra v. acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso, assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL - COISA JULGADA - EFEITO ULTRA PARTES - RELAÇÃO JURÍDICA UNITÁRIA - LITISCONSÓRCIO FACULTATIVO - EXCEÇÃO À REGRA DA EFICÁCIA DA COISA JULGADA SOMENTE ÀS PARTES - RECURSO DESPROVIDO.

O terceiro que não tenha participado da relação processual, nas situações em que a relação jurídica é una e indivisível, sofre os efeitos da coisa julgada, porque não pode tolerar a coexistência de dois comandos judiciais contraditórios sobre um mesmo objeto." (e-STJ, fl. 2.458)

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ, fls. 2.475/2.483).

Nas razões do recurso especial, a ora agravante alega violação dos arts. 47 e 472 do Código de Processo Civil/73. Sustenta, em síntese, *"que aquele que não foi parte no processo não pode sofrer os efeitos da decisão nele proferida e, assim sendo, não podem os recorrentes ser atingidos em seu direito material, por um processo no qual não foram partes, não foram integrantes ou integralizados, e não se defenderam"* (e-STJ, fl. 2.492).

Não foram apresentadas contrarrazões.

Sobreveio o juízo de admissibilidade do Tribunal de origem, que inadmitiu o recurso especial, o que ensejou a interposição do presente recurso.

É o relatório. Decido.

No recurso em exame, aplica-se o Enunciado nº 2 do Plenário do STJ: *"Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até*

17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça".

Quanto à questão de fundo, nota-se que a Corte de origem, com base nas peculiaridades da lide, manifestou-se nos seguintes termos:

"No entender do juízo de primeiro grau, não obstante os apelantes não terem integrado a relação processual formada nos embargos de terceiro, a sentença proferida naqueles autos reflete-se na situação jurídica deles, uma vez que se apresentam como co-possuidores da área de 2.129,5766 ha., objeto do litígio naqueles e nestes autos.

Para os recorrentes, ainda que em outra ação tenha sido afastada a proteção possessória pretendida por um dos co-possuidores, os demais detentores da posse, que não integraram a relação processual, conservam hígido o direito de buscar tutela jurídica destinada a reconhecer e proteger o direito que entendem possuir. Assim colocada a questão, algumas premissas precisam ser fixadas, a fim de que se possa avançar sobre o cerne da questão litigiosa, ou seja, mostra-se importante destacar que: (a) os apelantes são parentes do senhor Valdecir e sua esposa, e não negam que exercem, em conjunto com eles, a posse sobre a área objeto do litígio; (b) não obstante alegarem a existência da composesse, nos embargos de terceiro já sentenciados somente o casal Valdecir e Clarice integrou a lide; (c) a decisão proferida nos embargos de terceiro afastou a pretensão possessória vertida pelos embargantes, por entender que o direito à posse era dos apelados, que viram-se reintegrados, assim, nos 5.300 hectares determinados pelo comando judicial"

Não tenho dúvidas em asseverar que em situações como a dos autos, é flagrante a presença daquilo que a doutrina convencionou classificar como "legitimação concorrente", que, em verdade, nada mais é do que uma das hipóteses de litisconsórcio facultativo unitário, ante a clara situação de indivisibilidade do objeto da demanda.

Diz-se que a legitimação concorrente é exemplo de litisconsórcio unitário facultativo, exatamente porque o exercício do direito de ação não é nunca um dever ou uma imposição ao seu titular, que não está obrigado a demandar contra sua vontade ou mesmo integrar uma mesma relação processual com as outras pessoas que se encontram em situação jurídica idêntica à ostentada por ele.

Mas, e esse é o âmago da questão, ainda que o litisconsórcio seja facultativo, havendo identidade na situação jurídica dos co-legitimados, não se mostra possível que existam vários

comandos decisórios sobre aquela mesma questão, afinal, repita-se, o direito de ação é autônomo e individual, mas o bem da vida que se busca tutelar é um só. (...)

A partir de tal idéia, parece-nos, realmente, indiscutível que, independentemente, do fato de terem os co-legitimados figurado como litisconsortes na relação processual onde se formou a coisa julgada, os apelantes sofrerão os efeitos desta, porque não é possível a convivência entre duas decisões judiciais distintas sobre o mesmo objeto. (...)

Destarte, constatando-se que os apelantes invocam o direito à posse que manteriam em conjunto com os autores dos embargos de terceiro n° 032/94, em que foi proferida sentença, transitada em julgado, negando o reconhecimento ao direito alegado, é evidente que não poderia mesmo o juízo de primeiro grau ter proferido outra decisão, senão aquela que reconheceu a autoridade da coisa julgada formada nos autos mencionados, que se reflete, por obrigação, na órbita jurídica dos terceiros juridicamente interessados." (e-STJ, fls. 2.460/2.462)

Desta feita, a orientação do Tribunal *a quo* está em consonância com a jurisprudência desta Corte Superior que manifesta-se no sentido de que “*em determinadas circunstâncias, diante da posição do terceiro na relação de direito material, bem como pela natureza desta, a coisa julgada pode atingir quem não foi parte no processo*” (REsp 775.841/RS, 3ª Turma, DJe 26/03/2009).

Nesse sentido, colhem-se estes precedentes:

RECURSO ESPECIAL. PROPRIEDADE INTELECTUAL. DIREITOS AUTORAIS. SONORIZAÇÃO AMBIENTAL. DECISÃO JUDICIAL DEFINITIVA QUE DISPENSOU OS CLIENTES/ASSINANTES DA RÁDIO IMPRENSA S/A DO PAGAMENTO DE REMUNERAÇÃO AUTORA. COISA JULGADA. LIMITES SUBJETIVOS. VIOLAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. IRRADIAÇÃO DE EFEITOS DE DECISÃO TRANSITADA EM JULGADO SOBRE TERCEIROS. POSSIBILIDADE.

1. Ação ajuizada em 29/11/2004. Recurso especial interposto em 29/7/2014 e concluso ao Gabinete em 25/8/2016.

2. O propósito recursal é definir se o acórdão recorrido violou os limites subjetivos da coisa julgada e, subsidiariamente, se a utilização de sonorização ambiental no estabelecimento da recorrida enseja o pagamento de direitos autorais.

3. Segundo disposto no art. 472 do CPC/73, a sentença faz coisa

julgada às partes entre as quais é dada, não beneficiando, nem prejudicando terceiros.

4. Em determinadas circunstâncias, todavia, diante da posição do terceiro na relação de direito material, bem como pela natureza desta, a coisa julgada pode atingir quem não foi parte no processo.

Precedente.

5. Os limites subjetivos da coisa julgada - os quais se destinam a definir quais sujeitos estão impedidos de discutir novamente provimentos judiciais definitivos - não se confundem com os efeitos legítimos que a sentença pode irradiar sobre terceiros que, embora não figurem como sujeitos ativos ou passivos da relação jurídico-substancial versada no litígio, são titulares de relações jurídicas que com ela se relacionam ou que dela dependam. Doutrina.

6. No particular, houve julgamento definitivo: (i) reconhecendo que a atividade desenvolvida pela litisdenunciada estende-se desde a geração da música até a efetiva propagação da sonorização ambiental nos estabelecimentos de seus clientes/assinantes; e (ii) dispensando esses clientes/assinantes de obterem licença especial ou de pagarem quaisquer taxas diretamente ao ECAD.

7. A relação jurídica material estabelecida entre a litisdenunciada e a recorrida (prestação de serviços de sonorização ambiental), possui conexão incindível com aquela a respeito da qual houve pronunciamento jurisdicional transitado em julgado (ECAD x RÁDIO IMPRENSA S/A).

8. O benefício auferido pela recorrida, consistente na dispensa de pagamento de direitos autorais diretamente ao ECAD, constitui efeito legítimo de decisão judicial imutável, não havendo que se falar em extensão indevida dos limites subjetivos da coisa julgada.

RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO.

*(REsp 1763920/SP, Rel. **Ministra NANCY ANDRIGHI**, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/10/2018, DJe 18/10/2018)*

ADMINISTRATIVO. CONTRATO. EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO INTERESTADUAIS DE PASSAGEIROS - TRIP. LICITAÇÃO. PLANO GERAL DE OUTORGA APRESENTADO PELA ANTT. DECADÊNCIA. NÃO OCORRÊNCIA.

DECISÃO COM TRÂNSITO EM JULGADO. EFEITOS ULTRA PARTES. PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE QUINZE ANOS. DECRETO Nº 952/93. ATO DISCRICIONÁRIO.

INEXISTÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO.

1. Trata-se de mandado de segurança impetrado por Auto Viação Catarinense Ltda contra ato do Exmo. Sr. Ministro do Transporte

em razão do Despacho publicado no DOU de 19.7.2013, referente ao Processo nº 50500.041858/2011-22, aprovando o Plano Geral de Outorga apresentado pela ANTT que visa à permissão para exploração dos Serviços de Transporte Rodoviário Interestaduais de Passageiros - TRIP operados por ônibus rodoviários. 2. A impetrante alega, resumidamente, que seu direito líquido e certo à manutenção das permissões de serviço público (transporte rodoviário interestadual de passageiros) vem sendo violado pela autoridade dita coatora, que colocará em licitação suas linhas cujos contratos foram declarados vigentes por decisão judicial transitada em julgado até 08.10.2023, uma vez que foi reconhecido o prazo contratual de 30 anos.

3. Não há que se falar em decadência. É que a Resolução 2.868/2008 da ANTT utilizou como fundamento o Decreto nº 2521/98, cuja aplicação em relação as linhas da impetrante foi afastada por decisão transitada em julgada. Logo, tal resolução não pode ser tida como ato coator.

4. Conforme prova documental pré-constituída apresentada no presente mandado de segurança, a coisa julgada em questão atinge a ora impetrante (Auto Viação Catarinense Ltda), uma vez que as linhas em discussão foram cedidas pelas partes presentes na ação originária (Viação Itapemirim S.A. e Empresa Nossa Senhora da Penha S.A).

5. A decisão judicial tida como transitada em julgado, a qual seria atingida pelo Plano Geral de Outorga, tem como partes a Viação Itapemirim S/A e a Empresa de Ônibus Nossa Senhora da Penha, empresas que teriam transferido os direitos e obrigações para a exploração das linhas descritas na inicial à impetrante.

6. Em regra, segundo o art. 472 do CPC, "a sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada, não beneficiando, nem prejudicando terceiros". Porém, como sabemos, há casos em que a coisa julgada pode beneficiar ou prejudicar terceiros, sendo ultra partes, por exemplo, nos casos em que terceiro adquire a coisa em litígio, como ocorreu na presente hipótese, em que há a substituição processual ulterior decorrente de coisa litigiosa. É o que se pode observar do art. 42, § 3º, do CPC.

7. No presente caso, as linhas em discussão foram regularmente cedidas à impetrante, sendo essa transferência de direitos e obrigações dos contratos de permissão resguardada pelas decisões proferidas pelo Ministério dos Transportes, de 14.04.1999, nos autos dos processos nºs 50000.003477/99-83 e 50000.003478/99-46, publicadas no DOU de 16.4.99 (fls. 67), o que garante à Viação Catarinense Ltda, substituta processual ulterior decorrente da alienação de coisa litigiosa, legitimidade para defender os efeitos da coisa julgada em questão.

Superior Tribunal de Justiça

(...)

10. Segurança denegada.

(MS 20.468/DF, Rel. Ministro **MAURO CAMPBELL MARQUES**, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 11/12/2013, DJe 05/02/2014)

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 08 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator